



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682397 - SP (2021/0232675-0)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : ALEXANDRE ORSI NETTO - SP227119  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : VANDERLEI JULIO DOS SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de habeas corpus com pedido de liminar impetrado em favor de VANDERLEI JULIO DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravos em Execução Penal n. 0006871-54.2021.8.26.0602).

O Tribunal de origem estabeleceu que o marco interruptivo do lapso temporal para o paciente obter a progressão de regime é a data da última prisão. Afastou, contudo, a pretensão da defesa de que fosse considerada como termo *a quo* o momento da prática do último delito, em 3/3/2010, consignando que, nos autos, não há notícia acerca do dia em que aconteceu a prisão respectiva.

A impetrante sustenta, no entanto, que a data-base para a progressão de regime deve ser fixada com base no dia em que consumado o último fato criminoso pelo apenado.

Requer, liminarmente, "que o termo inicial para fins e cálculo de direitos, corresponda à data do último fato criminoso cometido pelo paciente" (e-STJ fl. 11). No mérito, requer o provimento do recurso para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

A propósito, estes foram os fundamentos apresentados pelo Tribunal de origem para acolher parcialmente a pretensão deduzida no *writ* lá impetrado em favor do paciente (e-STJ fls. 41-43):

*O Superior Tribunal de Justiça afetou ao rito dos Recursos Repetitivos o Recurso Especial nº 1.753.509/PR, que foi admitido como representativo da controvérsia, firmando, a partir disso, o seguinte entendimento:*

*[...]*

***Diante da consolidação desse entendimento na Corte brasileira, inclusive por meio de Recurso Repetitivo, não há se falar de interrupção do marco temporal em relação aos benefícios de indulto, livramento condicional e comutação de penas, mas apenas no tocante à progressão de regime prisional, cujo dies a quo é a data da***

***última prisão do sentenciado.***

*Aliás, pelas razões acima explicitadas, o pleito de SANTOS, de ser fixado como termo a quo a data da prática do último delito (3/MAR/2010), não pode ser atendido. Registro que o último crime praticado por SANTOS foi um estupro de vulnerável, cujo processo tramitou na Comarca de Extrema, em Minas Gerais, sob o número 0012472-39.2011.8.13.0251. E, como não há nos autos a data da prisão relativamente a esse último crime, e nem é possível consultar tal informação, deverá o Juiz da execução aquilatar esses dados junto ao Tribunal mineiro.*

*Por fim, destaco que a prática de faltas graves posteriores à última prisão de SANTOS também interrompem o lapso temporal para a progressão de regime prisional.(Original sem destaques)*

Como visto, em princípio, o acórdão impetrado reflete o entendimento sedimentado por esta Corte Superior no julgamento do REsp n. 1.753.509/PR, sob a sistemática dos repetitivos.

Assim, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência